

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 264 - Brasília, quarta-feira, 10 de julho de 1996

Senado inaugura TV que permite ao cidadão fiscalizar o Legislativo

"Este não é um serviço prestado ao Senado, e sim ao povo e à democracia brasileira", afirma Sarney ao inaugurar novos serviços que vão aumentar a transparência das atividades da Casa



Sarney preside a solenidade de inauguração da TV Senado e da Agência Senado/Rádiosat, novos serviços de divulgação das atividades da Casa

O plenário iniciou ontem a discussão da proposta de emenda constitucional que retira os cunhados e os pais de sogros da lista de pessoas inelegíveis por serem parentes de prefeitos, governadores ou presidente da República. O autor da emenda, senador Esperidião Amin (PPB-SC), argumentou que há excesso de zelo nessa proibição.

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), protestou contra a inclusão da emenda nas votações da convocação extraordinária do Congresso, afirmando que a matéria não é relevante e nem tem urgência. Esperidião Amin afirmou que a colocação da matéria na Ordem

Senadores começam a discutir inelegibilidade

do Dia era uma responsabilidade da Mesa e ponderou que nenhum outro projeto estava sendo prejudicado por causa dessa inclusão.

Bernardo Cabral (PFL-AM), ex-relator da Constituinte de 88, defendeu a manutenção da

inelegibilidade de parentes afins de segundo grau, no território de jurisdição do titular,

com apoio de Pedro Simón (PMDB-RS). Já Totó Cavalcante (PPB-TO) apoiou a proposta de mudança. A emenda será ainda discutida por mais quatro sessões, quando então poderá ser votada em primeiro turno.

Hoje, além da discussão da proposta de emenda das inelegibilidades, os senadores votarão nomes indicados pelo presidente da República para o Tribunal Superior do Trabalho e para ocupar embaixadas brasileiras em outros países. Amanhã, o plenário votará dois projetos sobre reforma agrária.

Esperidião Amin



Expor de forma transparente e detalhada a atividade parlamentar é o principal objetivo da TV Senado e da Agência Senado/Rádiosat, inauguradas ontem. Essa missão dos dois novos serviços foi ressaltada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, na cerimônia de inauguração, ao lado do presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, de vários senadores, jornalistas e empresários do setor de telecomunicações.

"Este não é um serviço prestado ao Senado, e sim ao povo e à democracia brasileira", afirmou Sarney, que fez uma veemente defesa do Legislativo.

Outros senadores presentes ao evento observaram que a inauguração marca o início do processo de resgate da imagem do Legislativo. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Mauro não vê razão para ratear dinheiro da Vale

Página 4

Governo muda Orçamento por decreto, diz Lucena

O senador Humberto Lucena considerou injurídico o decreto presidencial que cancelou várias dotações orçamentárias no valor de R\$ 7,6 bilhões. **Página 2**

Lucena acusa governo de mudar Orçamento por decreto

Senador pede ao presidente da República que revogue ato que cancelou dotações no valor de R\$ 7,6 bilhões, incluídas na lei orçamentária por emenda dos parlamentares

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) considerou ontem injurídico o decreto presidencial que cancelou várias dotações orçamentárias no valor de R\$ 7,6 bilhões. Segundo Lucena, esses recursos, provenientes de emendas parlamentares, faziam parte da lei orçamentária de 1996. O senador pediu que o presidente Fernando Henrique Cardoso "reexamine o decreto e procure revogá-lo para manter intacta a ordem jurídica do País".

Humberto Lucena também defendeu proposta de emenda à Constituição de sua autoria estabelecendo que, caso o Congresso não aprove o Orçamento até o final do ano legislativo, seja prorrogado para o ano seguinte o Orçamento



Humberto Lucena

do exercício anterior. Salientando que a prorrogação do Orçamento é uma questão que não interessa nem ao Congresso e nem ao Executivo, o senador se disse convicto de que a proposta vai pressionar os dois Poderes a preparar e votar o Orçamento em tempo hábil.

Em apertes, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Jádér Barbalho (PMDB-PA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Romeu Tuma (PSL-SP) e José Alves (PFL-SE) debateram questões ligadas ao Orçamento manifestando-se favoráveis à adoção imediata de medidas que possam definir o assunto.

Plenário debate proposta de mudança

Lúcio Alcântara destacou que "o Legislativo já avançou muito sobre matéria orçamentária, mas o governo precisa ser mais objetivo sobre a questão". Relator da proposta de Lucena e de outra, sobre o mesmo assunto, apresentada por Ney Suassuna, Alcântara informou que o seu parecer já está em poder da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O senador Ronaldo Cunha Lima disse que a proposta de Humberto Lucena "é oportuna e lúcida, e por isso mesmo deve ser votada o mais rápido possível a fim de que possa entrar em vigor já em 1997".

Por o senador Antonio Carlos Valadares, a atitude do governo em relação às

emendas parlamentares ao Orçamento "é uma descon sideração para com senadores e deputados que, em última análise, defendem o desenvolvimento de seus estados e municípios".

Em nome da liderança do PMDB, o senador Jádér Barbalho confessou-se "frustrado" com as promessas de um "Orçamento transparente".

Ney Suassuna manifestou-se perplexo pelo fato de o decreto anular uma lei. Romeu Tuma defendeu a imediata adoção de medidas referentes ao assunto, que considera fundamental para o Senado.

José Alves lamentou que só na teoria o Orçamento estabelece prioridades e metas no Brasil.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 23/96; "Parecer nº 385/96, sobre a indicação do nome de José Carlos Perret Schulte para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de suplente de ministro classista temporário, como representante dos trabalhadores; e "Mensagens nºs 150 e 157/96, que submetem à deliberação do Senado os nomes dos diplomatas Geraldo Afonso Muzzi e Sérgio de Queiroz Duarte para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Nigéria e na China, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto a Benin e Mongólia, respectivamente.

COMISSÕES

10h - Reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "PLC nº 32 (não terminativo), que dispõe sobre serviços de telecomunicações e sua organização sobre o órgão regulador. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.465-04/96, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884/94, e dá outras providências

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Apreciação das contas do presidente da República referentes ao exercício financeiro de 1994. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Depu-

tados.

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PECs nºs 22/96, que trata da criação de municípios, e 30/96, que trata da reforma da educação. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "PLS nº 31/96 (terminativo), que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte; e "PLS nº 32/96 (terminativo), que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a

MP nº 1.463-2/96, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.464-10/96, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.726/65, e dá outras providências

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

ESPECIAL

9h30 - 33º Encontro da Frente Nacional de Prefeitos

Pauta: FGTS, compensação financeira que as prefeituras reclamam da Previdência, por terem instituído próprio; e melhoria nas alíquotas do Fundo de Participação dos Municípios. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Lançamento nacional da cartilha para mulheres candidatas a vereadoras em 1996. Salão Negro do Senado Federal.

Sarney inaugura TV Senado para "servir à democracia"

Sociedade poderá conhecer de forma detalhada e transparente a atividade dos parlamentares com a televisão e a agência de rádio, diz o presidente da Casa

O objetivo da TV Senado e da Agência Senado/Rádiosat é servir à sociedade, expondo de forma transparente e detalhada a atividade parlamentar, segundo afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney, em pronunciamento realizado na cerimônia de inauguração dos dois novos serviços da Casa. Sarney contestou a versão de que a retransmissão dos trabalhos visaria à promoção pessoal dos senadores, e enfatizou que a iniciativa coloca nas mãos da opinião pública um instrumento realmente eficaz de fiscalização da atividade dos parlamentares.

- Este não é um serviço prestado ao Senado, e sim ao povo e à sociedade brasileira - afirmou.

O pronunciamento de Sarney na inauguração foi marcado pela defesa do Legislativo. Congresso fraco significa democracia fraca, disse, afirmando ainda que "o Congresso brasileiro jamais faltou ao País e foi responsável pela formação da nacionalidade".

"O Congresso não é uma trombeta do amém. É uma central de discussões e uma caixa de ressonância das idéias veiculadas na sociedade", afirmou, acrescentando que a TV Senado e a Agência Senado/Rádiosat têm a missão de permitir à sociedade acompanhar detalha-



Parlamentares e autoridades prestigiam inauguração de serviços de divulgação do Senado

damente a qualidade e a intensidade do trabalho legislativo para julgá-lo. Enquanto as decisões do Executivo e do Judiciário são fechadas, e dadas a conhecer praticamente prontas, o Congresso é sujeito às influências da sociedade a todo momento.

Os critérios de edição e rotinas de produção dos veículos de comunicação, acrescentou Sarney, em geral reduzem o noticiário do trabalho legislativo a pequenos registros. A partir da entrada no ar da TV Senado a sociedade pode conhecer de perto a ação dos parlamentares, no plenário e nas comissões, começando pela manhã e muitas vezes entrando pela madrugada adentro. Sarney agradeceu a co-

operação do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, ao processo de implantação da TV e da agência, e a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, dos membros da Mesa, senadores, jornalistas e empresários do setor de telecomunicações.

O projeto de criação de um serviço de rádio e televisão para o Senado é aspiração antiga, explicou Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social. Ele destacou o apoio fundamental da atual Mesa Diretora do Senado para a concretização do projeto, bem como o engajamento da equipe de profissionais. O segundo vice-presidente do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), lembrou que duran-

te as gestões do ex-senador Mauro Benevides e do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) na presidência da Casa foram dados os passos iniciais para a criação da TV Senado. Ele destacou a perseverança da atual Mesa Diretora para dar vida à TV e ao serviço de rádio.

O presidente da Associação Brasileira de TV a Cabo (ABTA), Roger Karman, saudou a TV Senado como "uma efetiva contribuição para o fortalecimento das instituições democráticas". Joaquim Mendonça, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), e o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, também participaram da solenidade.

Senadores destacam resgate da imagem do Legislativo

A inauguração da TV Senado e da Agência Senado/Rádiosat marca o início do processo de resgate da imagem do Poder Legislativo perante a sociedade, segundo a opinião de senadores e autoridades presentes à solenidade realizada ontem.

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) considera que a sociedade agora poderá ter uma idéia mais clara do trabalho parlamentar. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

destacou a "lucidez" de José Sarney por ter dado ênfase ao projeto de dotar a Casa de uma moderna estrutura de mídia.

O presidente dos Diários Associados, Paulo Cabral, lembrou que 4 milhões de telespectadores já recebem imagens da TV Senado, e que isso deverá alterar profundamente a tendência do público em relação ao Congresso Nacional.

O senador Elcio Alvares (PFL-ES) destacou que a sociedade será mais bem informada

do que acontece no Senado. Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) considera importante a criação da TV Senado, pois a população vai poder acompanhar a atuação do parlamentar. Geraldo Melo (PSDB-RN) espera que com a inauguração da TV melhor a imagem dos políticos perante a população brasileira, pois é preciso que se conheça o que a grande maioria dos parlamentares faz para melhorar o País. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) acha que

o rádio e a televisão criados pela atual Mesa do Senado vão democratizar a chegada das informações sobre os trabalhos da Casa, já que, segundo o senador, nem tudo que sai na imprensa reflete a verdadeira situação de um órgão como o Senado. De acordo com Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a inauguração desses meios de comunicação dará aos parlamentares que não têm acesso à imprensa a chance de mostrar seus projetos.

Ademir pede ida de senadores a Serra Pelada

Para senador, a divergência entre garimpeiros e a Vale do Rio Doce é cada vez mais preocupante e a comissão do Senado poderá contribuir para evitar o confronto



Roberto Requião

Requião quer punição para comando da PM

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou do governador do Paraná a punição do responsável pelo comando do Segundo Batalhão da Polícia Militar do Estado que, por meio de carta endereçada ao PMDB, está solicitando informações pessoais e ideológicas de todos os integrantes do partido.

Requião afirmou que espera comunicar hoje que o governador Jayme Lerner mandou prender o comandante do destacamento da PM de Cambará, no interior do estado. O comandante Maurício Dechandt Rezende, segundo o senador, enviou ofício ao diretório municipal do PMDB requerendo nome, endereço, telefone, fax, classe que representa, cargo que ocupa, filiação e pretensões políticas individualizadas de todos os políticos do partido em Cambará. Além disso, solicitou os nomes dos presidentes das diretorias regionais do PMDB, com os respectivos números de filiados, tendências político-partidárias ou ideológicas, entre outros dados.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu ontem à Mesa Diretora do Senado que acelere providências no sentido de que a comissão criada na Casa para visitar o garimpo de Serra Pelada possa viajar ainda amanhã (dia 11), para examinar o conflito resultante da presença de garimpeiros na Companhia Vale do Rio Doce.

Ele explicou que no mesmo dia uma comissão da Câmara dos Deputados e outra da Assembléia Legislativa do Pará irão àquela área. "De nada adiantará a ida da comissão do Senado se não atuar em conjunto com os grupos de parlamentares enviados pela Câmara dos Deputados e pela Assembléia paraense", argumentou.



Ademir Andrade

Ademir informou que uma das dificuldades para o deslocamento dessa comissão do Senado está no transporte, visto que até agora não há resposta sobre a solicitação de um avião do Ministério da Aeronáutica. "É fundamental que a Mesa do Senado providencie para que essa comissão se instale, escolha presidente e relator, e participe desse evento tão importante", pediu o senador.

Mauro não vê razão para rateio de recursos da Vale

Ao defender a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) discorreu ontem em plenário dos argumentos que levam cinco estados a reivindicar 60% dos recursos a serem obtidos com a alienação da empresa. Conforme o senador, Minas Gerais, Pará, Sergipe, Espírito Santo e Tocantins alegam que fizeram a Vale crescer, mas ele diz que o argumento é insustentável, já que, a seu ver, essas unidades da Federação cresceram muito graças à estatal.

Mauro também sustentou que a privatização não vai afastar a Vale de seus territórios, e portanto esses estados vão "até ganhar com uma gestão mais empresarial e competitiva". Para o senador,

boa parte da economia desses estados foi sustentada pela Vale do Rio Doce, "o que não impede que a privatização da empresa seja desregionalizada, visto que



Mauro Miranda

o governo federal deve tomar uma decisão que leve em conta interesses nacionais e macroeconômicos".

- Se a solução indicada pelas realidades do País é a de vender a Vale, que se faça isso - afirmou o senador, sugerindo que os recursos provenientes da venda sejam utilizados para abrir novos eixos de transporte, criar empreendimentos de turismo no Nordeste ou realizar investimentos de porte macro-regionais. Sugeriu também que os recursos sejam alocados para regiões com forte potencial de resposta, como o Cerrado.

Conforme o parlamentar, a comissão terá a missão de trazer dados suficientes para que o presidente da República adote uma posição a respeito desse assunto. Ademir Andrade entende que, dessa forma, poderão ser evitados o confronto e o deslocamento de contingente das Forças Armadas para retirar os garimpeiros da área. Em sua opinião, a divergência entre os garimpeiros e a Vale do Rio Doce cresce e torna-se cada dia mais preocupante. Integram a comissão os senadores Ernandes Amorim (PMDB-RO), Gilvam Borges (PMDB-AP), Edilson Lobão (PFL-MA), Bello Parga (PFL-MA), Coutinho Jorge (PSDB-PA), Sebastião Rocha (PDT-AP) e o próprio Ademir Andrade.

Amorim questiona se Rondônia está em dia com obrigações

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) apresentou ontem requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, com o objetivo de obter informações que lhe permitam avaliar o cumprimento das obrigações pactuadas pelo governo de Rondônia com o Banco do Brasil, relativas a empréstimo no valor de R\$ 33 milhões, obtido pelo estado em fevereiro deste ano.

INADIMPLÊNCIA

O senador acha prudente esse acompanhamento para que se possam avaliar os resultados já obtidos e evitar uma eventual situação de inadimplência do estado e suas consequências. Também acha oportuno analisar a questão no momento em que, conforme disse, a Caixa Econômica Federal anuncia um programa de compra de dívidas dos estados feitas em operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO).

Simon faz apelo ao PT para aprovar CPMF

Senador diz que compreende perfeitamente a posição contrária de entidades empresariais e chama atenção para o fato de ser "o único imposto que pobre e aposentado não pagam"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem um apelo para que a direção nacional do Partido dos Trabalhadores libere sua bancada federal para votar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

— É incompreensível que o PT tenha fechado questão contra a CPMF. Essa decisão violenta a consciência de inúmeros senadores petistas que se manifestaram a favor do imposto para a saú-



Pedro Simon

de - disse o senador.

Simon disse entender perfeitamente que a Federação das Indústrias do Estado de

São Paulo (Fiesp), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Partido da Frente Liberal (PFL) sejam contra a cobrança do novo imposto. A CPMF, na sua opinião, é um imposto pago por quem tem o que gastar, "o único imposto que pobre e aposentado não pagam".

O senador afirmou ainda que, na época da cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), o antecessor da

CPMF, revelou-se o caixa dois de várias empresas e a prática de sonegação por parte de profissionais muito liberais. Por isso esses setores estariam contra a contribuição.

Pedro Simon criticou ainda a decisão do Supremo Tribunal Federal, que impediu a Receita Federal de fiscalizar movimentações bancárias incoerentes com o pagamento do Imposto de Renda.



Lúdio Coelho

Lúdio propõe prioridade para ex-com-terra

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) apresentou projeto de lei determinando a inclusão de ex-proprietários rurais, engenheiros agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas na ordem preferencial de distribuição de terra pela reforma agrária. A legislação atual dá preferência ao proprietário desapropriado e seus trabalhadores, parceiros, arrendatários e posseiros, entre outros.

Segundo a proposição do senador, deverão ser beneficiados os ex-proprietários, chamados de *ex-com-terra*, que tenham alienado suas propriedades, com área total de até quatro módulos fiscais, para pagamento de débitos originados de operações de crédito rural, ou que as tenham perdido na condição de garantia de débitos da mesma origem.

Dutra explica as razões contrárias do partido

Embora posicione-se pessoalmente a favor da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) explicou ontem, em plenário, por que seu partido decidiu-se contra a iniciativa defendida pelo ministro da Saúde, Adib Jatene. O parlamentar leu manchetes de jornais sobre manipulação política de verbas pelo governo e explicou que, se existem recursos públicos para salvar bancos em crise, fazer convênios eleitorais e favorecer prefeitos aliados do governo, é porque o País não precisa criar um novo imposto para salvar a saúde.

— O Brasil estaria criando um imposto surrealista, numa situação em que a Receita Federal, o órgão fiscalizador, não tem como fiscalizar, em razão do sigilo bancário, e os bancos poderiam sonegar ao fisco informações sobre o imposto cobrado.

Eduardo Dutra explicou que a bancada do PT no Senado era unanimemente a



José Eduardo Dutra

favor da CPMF, mas o partido reuniu seu diretório nacional e decidiu, por ampla maioria, ser contra essa contribuição financeira. Disse também que, depois de dois recursos feitos ao partido para que reexaminasse a questão, o PT manteve sua posição contrária, e portanto a bancada no Senado, embora unanimemente favorável à medida, votou contra essa contribuição financeira.

— São fatos como esse que demonstram que o PT é um partido. Se estivermos errados, a história nos cobrará - disse o senador.

Flaviano: Governo errou ao se calar sobre falta de iodo

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) responsabilizou o governo por qualquer problema mais grave de saúde pública que porventura venha a ocorrer em virtude da ausência de iodo no sal distribuído no ano passado a milhares de brasileiros, conforme foi noticiado em abril pela revista *Veja*.

Flaviano contestou o ministro da Saúde, Adib Jatene, que, questionado sobre o silêncio governamental sobre o assunto, declarou não haver vantagem em se notificar a população sobre uma questão na qual não poderia influir. Para o senador, "o direito à informação é um dos fundamentos da democracia". Segundo Flaviano, a falta de iodo deveu-se a dificuldades na licitação para a aquisição do produto, promovida, por exigência da lei, pelo governo. Conforme esclareceu, desde fevereiro de 1996 o problema jurídico foi resolvido e o abastecimento regularizado, mas "o problema moral continua de pé, uma vez que a população não foi informada".



Flaviano

Valadares condena propaganda do Plano Real

Senador afirma que governo deveria rescindir contrato com agência de publicidade que divulgou números errados em relação ao índice de consumo de nove produtos



Emília Fernandes

Cartilha de candidatas é lançada hoje

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) destacou o lançamento da cartilha para mulheres candidatas a vereadoras em 1996, que ocorrerá hoje, às 10 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional. Participarão da solenidade os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as representantes da bancada feminina no Congresso.

A senadora informou que a cartilha, idealizada pela bancada feminina e elaborada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas, é a terceira etapa da Campanha Mulheres Sem Medo do Poder, lançada no ano passado após a aprovação da Lei nº 9.100/95, que determina que 20% das vagas nas chapas proporcionais dos partidos sejam preenchidas por mulheres.

Emília observou que a cartilha tem caráter supra-partidário, com capítulos sobre a organização das campanhas; o desenvolvimento dos movimentos de mulheres; o quadro das desigualdades de gênero no Brasil e a estruturação dos poderes locais e desafios às candidatas. Em apêndices, Marina Silva (PT-AC) Romê Tuma (PSL-SP) e Jáder Barbalho (PMDB-PA) apoiaram Emília.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que o governo deveria efetuar a imediata rescisão do contrato com a agência de publicidade Denison, responsável pela campanha dos dois anos do Plano Real. A empresa divulgou números errados em relação ao índice de consumo de nove produtos no período de julho de 94 a junho de 96. Valadares informou que vai apresentar um requerimento à Mesa do Senado pedindo ao governo todas as informações sobre o contrato.

- Embora a empresa já tenha se encarregado de desmentir os erros infantis que cometeu, se eu fosse o governo federal cancelaria o con-



Antonio Carlos Valadares

trato porque a propaganda errada o colocou em uma situação ridícula, de zombaria geral.

Antonio Carlos Valadares disse que a Denison foi de uma incompetência tão grande com seus erros que não merece receber a quantia acer-

tada pelo serviço. Segundo o senador, o governo ficou de pagar R\$ 10 milhões pela produção de dois filmes de 30 segundos para a TV e quatro spots de mesma duração para o rádio, além dos anúncios publicados nos jornais e revistas de todo o País.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o assunto é sério e abala a credibilidade do governo federal. O senador Lauro Campos (PT-DF) também apoiou o discurso de Valadares. E o senador Roberto Requião (PMDB-PR) comentou que a Denison trabalhou com dados fornecidos pelo próprio governo, cujos assessores assistiram e autorizaram sua divulgação.

Guilherme Palmeira crê em nova fase de prosperidade para o País

A retomada da contratação de mão-de-obra pela indústria, o aumento de 13% no consumo de energia nos cinco primeiros meses deste ano, bem como os investimentos feitos na capacitação de recursos humanos foram apontados pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) como fatos que anunciam uma nova fase de prosperidade. Para o senador, tal resultado é consequência do sucesso do Plano Real, "um programa de estabilidade econômica criteriosamente concebido, racionalmente executado e democraticamente liderado pelo governo".

Palmeira manifestou satisfação com o anúncio feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de que a prioridade do governo seria, agora, o crescimento econômico associado a projetos de geração de empregos.

- O crescimento econômico auto-sustentável e a pros-



Guilherme Palmeira

peridade estão associados, em todo o mundo, à taxa de poupança e aos investimentos produtivos que, em toda parte, já não podem contar mais apenas com as inversões do setor público, em face de uma generalizada crise fiscal do Estado - afirmou Guilherme Palmeira, garantindo serem estas as maiores conquistas do Plano Real: um programa de ajuste bem sucedido, "aos menores custos sociais possí-

veis", e um ambiente de estabilidade, "sem o qual nenhum país pode pensar em atrair investimentos produtivos".

Palmeira destacou, ainda, a política de financiamento agrícola anunciada pelo governo. O senador acredita que o País terá novamente safras compensadoras.

Senado presta homenagem a Franco Montoro

Os primeiros 60 minutos da sessão de hoje serão dedicados a homenagear o ex-senador, ex-governador e atual deputado federal Franco Montoro, que está completando 80 anos de idade. O requerimento foi apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Para Odacir, demissão voluntária deve respeitar direitos dos servidores

Senador questiona intenção do governo de deixar programa para depois das eleições e espera que medidas não provoquem traumas

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que o governo deve adotar critérios que respeitem os direitos dos servidores e obedeçam às reais necessidades e interesses da administração pública quando decidir executar o anunciado Programa de Demissões Voluntárias.

A declaração do senador teve como fim questionar assessores do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) que, segundo matéria publicada pelo jornal *O Globo*, anunciaram para depois das eleições o início da execução do programa. O objetivo seria evitar desgaste político.

Odacir Soares acredita que



Odacir Soares

o programa não poderá causar os traumas esperados pelos técnicos do Mare, "a menos que o governo tenha aderido à estratégia da duplicidade, pela qual assume a imagem do cordeiro - que deve ser exibida antes das eleições - e a do lobo,

para uso posterior". Ele aconselhou esses assessores a "não se arvorarem em especuladores das coisas políticas, a fim de que possam safar-se da dupla qualificação de técnicos incompetentes e de políticos desastrados".

Odacir Soares garantiu, por outro lado, não ser contrário à transferência de servidores para órgãos carentes de pessoal - medida anunciada para agosto -, desde que a movimentação de funcionário para outro estado tenha a anuência expressa do interessado e, em qualquer caso, sejam mantidos os direitos assegurados pelo estatuto do funcionalismo público.

Ramez Tebet registra morte de Ricardo Brandão

O falecimento do advogado Ricardo Brandão, no dia 6, em Campo Grande, foi registrado ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). "Não se conhece uma passagem de sua vida profissional, como advogado e político, que não fosse marcada pela grandeza de suas idéias", disse.

Ricardo Brandão sempre defendeu com tenacidade suas idéias e honrou a advocacia, sendo considerado exemplo de abnegação. Os advogados, seus companheiros políticos e a sociedade sul-mato-grossense lamentam profundamente a perda irreparável do brilhante profissional e defensor intransigente dos direitos humanos - afirmou.

Tebet informou que Brandão presidiu a Comissão de Direitos Humanos da OAB-MS, militou por mais de 30 anos no movimento estudantil e esteve filiado ao PCB. Em 1987, foi candidato ao Senado, pelo PT.

Romeu Tuma homenageia Revolução Constitucionalista

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) prestou homenagem ontem aos heróis, "muitos deles, anônimos", do Movimento Constitucionalista de 1932, comemorado nesta data, dizendo "augurar que jamais o solo pátrio volte a ser regado com sangue para defesa ou recuperação constitucional da liberdade e do estado democrático de direito".

Para Tuma, a data é marcante na história do Brasil, porque foi graças à Revolução Constitucionalista que o País reconquistou o direito de voto e retomou a ordem constitucional, "não antes de presenciar a deportação de ilustres filhos, como o professor Waldemar Ferreira, Pedro de Toledo, Alfredo Ellis Júnior, Euclides de



Romeu Tuma

Figueiredo e tantos outros mais, entre jornalistas, médicos, estudantes e advogados".

O senador lembrou que ontem se comemorou também a independência da Argentina, proclamada na província de Tucumã, em 1816, "mostrando a outros países latino-americanos que a libertação do jugo estrangeiro era possível".



Bernardo Cabral

Bernardo Cabral elogia atitude da Colômbia

A falta de prioridade para a educação e de modernidade dos sistemas de ensino no País "parece fator de muito maior perigo para a soberania nacional do que algumas crianças brasileiras estudarem em escolas de países vizinhos", afirmou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao considerar salutar e merecedora de elogios a atitude da Colômbia de aceitar que brasileiros residentes em Tabatinga (AM) estudem em Letícia.

Depois de afirmar que não vê motivo para identificar aquele fato como desnacionalização, Cabral disse que o Brasil deveria adotar a mesma atitude em relação aos países vizinhos, "pois isto pode contribuir para uma maior compreensão e interação entre os povos de nações diferentes".

O que é negativo é a deficiência do sistema escolar municipal, não só em termos da precária infra-estrutura, da péssima qualidade do ensino e da baixa remuneração dos professores, a qual leva não apenas 300 pessoas a estudarem fora de nossas fronteiras, mas milhões a ficarem fora das escolas - acrescentou.

Para Cabral, os brasileiros que estudam em Letícia "estão sendo privilegiados por poderem frequentar escolas melhores do que as nossas para, mais tarde, como profissionais, poderem prestar melhores serviços ao nosso país".

Falta política agrícola, reclama Suassuna

Senador vê no campo solução para combate à miséria e pede apoio do governo para a lavoura do sisal, vítima, segundo ele, da falta de orientação segura para o setor rural



Antonio Carlos

Jequiê vibrou com FHC, diz Antonio Carlos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que 40 mil pessoas aplaudiram o presidente Fernando Henrique Cardoso na cidade baiana de Jequiê, durante as solenidades de inauguração de poliduto construído pela Petrobrás. O senador disse que o evento, que reuniu a maior multidão da história do município, não foi noticiado corretamente pela imprensa, e exibiu fotos para comprovar sua afirmação.

Segundo Antonio Carlos, pessoas de todas as facções políticas estiveram presentes para mostrar seu regozijo, demonstrando que a Bahia sabe sempre ser grata quando o presidente da República atua em defesa dos legítimos interesses do País. O senador negou que os festejos tenham se transformado em comício.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a definição de uma política permanente para a agricultura. Ele lembrou que o País tem 20% das terras agricultáveis e, se fosse desenvolvida uma política específica para o setor, poderia ser um celeiro do mundo.

Para Suassuna, é importante que o governo elabore um projeto agrícola de médio e longo prazos para tirar o País da grave crise social em que se encontra.

- O desenvolvimento da atividade agrícola é considerado,

por unanimidade, um dos caminhos mais seguros para se combater a miséria em qualquer país. No Brasil, entretanto, essa área, tão importante e prioritária do ponto de vista econômico, tem sido frequentemente negligenciada - disse o senador.

Ney Suassuna pediu o apoio do governo federal para a cultura do sisal, destacando que os agricultores da lavoura sisaleira também estão sendo



Ney Suassuna

vítimas da falta de uma política agrícola do governo.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) considerou insuficientes os recursos de R\$ 36 milhões destinados à agricultura.

Júlio Campos (PFL-MT) disse que a CAE precisa se reunir e discutir com seriedade os problemas da agricultura nacional. O senador Valmir Campelo (PTB-DF) também apoiou o discurso de Ney Suassuna.

Hollanda elogia atuação do governo federal em PE

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) agradeceu ao presidente Fernando Henrique Cardoso e a toda a sua equipe o "expressivo" apoio que vem sendo dado a Pernambuco. Ele citou a formalização de convênios no valor total de R\$ 62,4 milhões destinados a projetos na área social. Na conquista desse apoio financeiro ao estado, segundo o senador, o vice-presidente da República, Marco Maciel, teve participação decisiva.

Joel de Hollanda mencio-

nou o contrato de financiamento da ordem de R\$ 21 milhões para a conclusão das obras de abastecimento d'água do sistema Várzea do Una/Capiberibe e convênios no valor de R\$ 30 milhões para a implantação de sistemas de esgotos sanitários, construção de milhares de casas e melhorias na infra-estrutura dos bairros de 51 municípios.

Hollanda destacou também a realização de convênios no valor de 1,4 milhão para o financiamento de ações de assistência social.



Joel de Hollanda

Íris lamenta morte de Alves Forte, advogado goiano

O senador Íris Rezende (PMDB-GO) lamentou ontem o falecimento do advogado Eli Alves Forte, vítima de um acidente de carro na BR-153, no último domingo. "Sua conduta elegante fazia dele um nome sempre lembrado quando, nos momentos mais relevantes da história goiana, a sensatez e o diálogo eram requisitos indispensáveis", disse.

Íris informou que Eli Forte, ex-militante do PCB na fase mais conturbada do regime militar, elegeu-se, em 1994, presidente do Conselho da OAB-GO, "destacando-se como defensor intransigente dos direitos humanos". O senador reclamou das atuais condições de tráfego da rodovia BR-153.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Manceuso
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kulture e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal